

# Sarney afirma que Colégio Eleitoral gera golpes

BRASÍLIA — "O Colégio Eleitoral é um fator gerador de golpes". O comentário foi feito pelo Presidente José Sarney a um grupo de parlamentares do PFL que recebeu no Palácio da Alvorada, na noite de sábado, ampliando, assim, as críticas à proposta do Relator Bernardo Cabral, que prevê a eleição indireta para o segundo turno da eleição presidencial.

O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, reconheceu que alguns países adotam um sistema eleitoral semelhante, com eleições diretas no primeiro turno e indireta no segundo, mas insistiu na defesa do pleito direto e no mandato de cinco anos para o Presidente Sarney.

— É a melhor prática para a democracia — sustentou Ulysses que, segundo Cabral, já conhecia antecipadamente sua decisão de estabelecer esta fórmula.

O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, também não gostou da alternativa. Numa conversa com o Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho, acusou o PMDB de ter propostas mais antidemocráticas que as da antiga Arena e ouviu de Passarinho um comentário irônico:

— Ainda bem que nós acabamos com o AI-5. Do contrário, eles usariam.

Já o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) observou que o sistema de dois turnos, com eleição indireta no segundo, é utilizado com êxito nos Estados Unidos e não é incompatível com o parlamentarismo. Disse que as últimas manifestações do Governo o deixaram cada vez mais convencido de que os parlamenta-

ristas são majoritários na Comissão de Sistematização:

— Esta excitação agressiva é sinal que eles estão desesperados e inseguros — afirmou.

Os parlamentaristas do PMDB divulgam hoje nota de repúdio à fórmula de Cabral. A informação é do Senador José Richa (PMDB-PR), que reuniu ontem, em sua residência, as principais lideranças peemedebistas adeptas do parlamentarismo para discutir a inovação.

Richa conversou demoradamente, no fim da noite de ontem, com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e com o Senador José Fogaça (PMDB-RS). Um dos principais articuladores do sistema parlamentarista na Constituinte, Richa afirmou que o único partido que estava satisfeito com o retorno do Colégio Eleitoral era o PFL, pois a sugestão é de seu Líder no Senado, Carlos Chiarelli.

Surpreso com a proposta do Deputado Bernardo Cabral, o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), alertou ontem que a implantação do parlamentarismo provocará uma crise institucional e significará um golpe contra o Presidente José Sarney. Simon criticou a eleição do Primeiro-Ministro pela Câmara dos Deputados, conforme está previsto no substitutivo, dizendo que o correto é que o cargo seja ocupado por alguém indicado pelo Presidente da República.

O Governador não conseguiu entender a decisão de Bernardo Cabral e lamentou que proporia a eleição de um Presidente que não possa sequer escolher o

Primeiro-Ministro. Apesar disso, Pedro Simon afirmou não estar preocupado com a nova Constituição. Ele acredita no aperfeiçoamento do texto ainda na Comissão de Sistematização e entende que o mandato de cinco anos será adotado para Sarney e o parlamentarismo para os próximos Presidentes. Confiava também que o Presidente terá o direito de escolher o Primeiro-Ministro.

Irônico, Simon disse ter encontrado um aspecto positivo no substitutivo: por estar desagradando a todo mundo, facilitará as negociações em busca do consenso. O Governador também não ficou satisfeito com a proposta sobre a forma de eleição do Presidente da República, pela qual os dois mais votados do primeiro turno seriam submetidos ao exame do Congresso. Ele prefere nova eleição direta no segundo turno.

A tese de prorrogação dos mandatos dos governadores para cinco anos tampouco conta com seu apoio:

— Sou radicalmente contrário. Isso seria doloroso na minha vida, um castigo que não mereço, logo eu que sempre denunciei manobras deste tipo. Se querem coincidência de eleições, por que não reduzem os mandatos?

Simon aproveitou para dar uma estocada no ex-Governador Leonel Brizola, afirmando que sua defesa do presidencialismo não tem coerência. E exibiu uma cópia dos anais da Assembleia Legislativa gaúcha de 1947, reproduzindo discurso no qual o então Deputado constituinte estadual Leonel Brizola faz defesa enfática do parlamentarismo.



Ulysses quer diretas e mandato de cinco anos

## Indagação

O SECRETÁRIO Geral da Seplan, Mikal Gartenkraut, acusou o Governo da prática "imoral" de tentar iludir a opinião pública nacional e os credores internacionais, ao pretender justificar o não pagamento dos juros da dívida externa com a alegação de poupar sacrifícios ao povo, quando na verdade a administração não consegue cortar suas despesas e utiliza os cruzados acumulados no Banco Central, em virtude da moratória, para financiar o déficit público. Revelou também sua

preocupação com o crescimento da remessa de lucros das empresas estrangeiras.

TAIS declarações foram feitas num seminário do Citibank, exatamente no momento em que o Ministro Bresser Pereira se reunia com o dirigente Walter Kegan, do mesmo Citibank, para reiterar que o Brasil não tem condições de realizar nem um pagamento simbólico dos juros.

QUEM fala pelo Governo: Gartenkraut ou Bresser?

## Aureliano acha equívoco criticar presidencialismo

BARÃO DE COCAIS, MG — O Ministro das Minas e Energia e Presidente de Honra do PFL, Aureliano Chaves, voltou ontem a defender o presidencialismo como regime de Governo ideal para o Brasil e explicou que considera a campanha para a implantação do sistema parlamentarista consequência de uma análise equivocada do regime presidencialista. "Temos confundido o presidencialismo com a exacerbação do Poder Executivo".

Segundo Aureliano, o presidencialismo baseia-se no equilíbrio entre os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Disse que em vez de os Constituintes procurarem implantar o parlamentarismo, devem lutar para corrigir as distorções que fortaleceram o Executivo em detrimento dos outros poderes.

O Ministro não acredita que o Presidente Sarney esteja exercendo pressões sobre os Constituintes para reverter a tendência parlamentarista. "O Congresso — afirmou — é formado por homens livres e sérios, e não aceitam pressões", observando, porém, que "é direito do Presidente da República posicionar-se diante de um problema que diz respeito ao País todo".

Ao ser informado de que o ex-Presidente João Figueiredo comentara, no último domingo, que não apoiaria sua candidatura à Presidência, "porque ele (Aureliano) não serve para o País", o Ministro das Minas e Energia respondeu: "Não tomo conhecimento das entrevistas do senhor João Figueiredo, não me interessam suas opiniões".

## Programação da Globo faz sucesso na TV soviética

Durante uma semana, a televisão soviética apresentou, em rede nacional, programas produzidos pela Rede Globo, que tiveram grande aceitação. O sucesso entre os telespectadores soviéticos contribuiu muito para divulgar o Brasil naquele país, segundo informação transmitida através de telegrama ao Presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, pelo Embaixador do Brasil em Moscou, Ronaldo Sardenberg.

## Pólio: TV ajudou a imunização de 90%

Os primeiros levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde indicam que a 16ª Campanha de Vacinação contra a Poliomielite imunizou mais de 90% da população-alvo do programa, ou seja, 20 milhões de crianças com menos de cinco anos. Segundo o Ministro da Saúde, Roberto Santos, esses resultados foram atingidos graças ao engajamento de diversos setores da sociedade, entre eles destacou a Rede Globo, "que mais uma vez não negou esforços para que a população brasileira tomasse conhecimento da campanha, através de chamadas produzidas e veiculadas graciosamente pela emissora".

Roberto Santos afirmou que a mobilização e conscientização de toda a sociedade sobre a importância da campanha promovida pelo Ministério da Saúde são peças-chaves para que se atinja a meta de erradicar a poliomielite até 1990.

# Para Saulo, projeto ameaça imprensa

BRASÍLIA — O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, voltou ontem a fazer severas críticas ao substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ressaltando que o Relator veda apenas a censura de natureza política e ideológica, permitindo restrições às atividades artística, técnica e científica. Na sua opinião, o Deputado deixa uma brecha para que o Governo, no futuro, faça leis que comprometam a liberdade de imprensa.

No Palácio do Planalto criticou-se também que, por omissão, o substitutivo permite a invasão de domicílio, com ordem judicial, no período da noite, o que atualmente só é possível até às 18 horas. Além disso, Bernardo Cabral extingue a gratuidade do habeas corpus em seu substitutivo.

No entender de Saulo Ramos, que

examinou todo o substitutivo com o Presidente José Sarney no fim de semana, ele acaba com a autonomia do Judiciário ao criar um Conselho Nacional de Justiça, existente na Constituição iraniana. Além de ser um retrocesso quanto aos direitos da cidadania, o Consultor Geral da República ressaltou que o substitutivo criará dificuldades para a União, no capítulo financeiro. Ele advertiu que a União perderá 26 por cento do bolo tributário e aumentará suas atribuições.

Mas Saulo Ramos admitiu a possibilidade de o Governo aceitar a indicação de um Ministro Coordenador, uma espécie de Primeiro-Ministro, como prevê a emenda do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). Esta decisão, contudo, deverá ser tomada hoje à tarde, quando o Governo definirá os destaques que os membros

da sua bancada pedirão na Comissão de Sistematização antes da votação do substitutivo.

Os pedidos terão por base as emendas presidencialistas dos Deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP), Manoel Moreira, Ricardo Fiúza (PFL-PE) e do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Eles estão sendo examinados pelo Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, pelo Gabinete Civil e pela Consultoria Geral da República.

Da emenda de Theodoro Mendes, o Palácio do Planalto deverá sugerir a supressão de dois artigos: o que dá ao Congresso Nacional o direito de suspender a eficácia de decretos do Presidente da República, por ilegalidade, e o que cria uma comissão permanente no Congresso para fiscalizar os atos do Executivo, sem passar pelo Tribunal de Contas da União

(TCU). De acordo com Saulo, cabe ao Judiciário declarar ilegal decreto administrativo baixado pelo Presidente. Portanto, além de interferir no Executivo a proposta age contra o Judiciário.

O Consultor disse que o Planalto tem restrição ao artigo da emenda de Ricardo Fiúza que dá poder ao Senado para retirar tropas federais concentradas em qualquer região do País. Para Saulo Ramos, a constituição não pode permitir a sobreposição dos poderes, mas sim a harmonia.

Enquanto a emenda de Theodoro Mendes inclui a censura para Ministros militares e Gabinete Civil, o Governo acha que o destaque deve ser para o artigo da emenda de Fiúza que exclui os Ministros militares e do Gabinete Civil da censura do Congresso Nacional.

# Richa discute com Relator por não ter acatado a fórmula gradualista

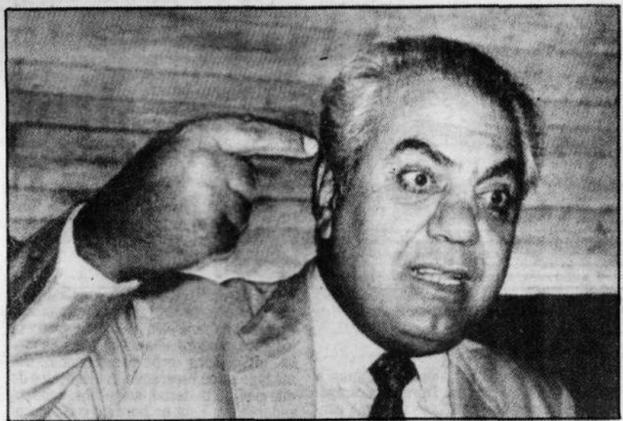
BRASÍLIA — "Você é meu irmão, mas vou lhe dizer uma coisa: não posso acatar a emenda. Estou fazendo outra". Esta afirmação do Relator Bernardo Cabral, na noite de sexta-feira, enfureceu o Senador José Richa (PMDB-PR), que reivindicava a inclusão no substitutivo da proposta parlamentarista extraída em sucessivas reuniões. Um vice-líder do partido comentou que por pouco não houve briga.

— O quê? Você ficou louco? Não foi isso o combinado — reagiu Richa, que considerou a proposta de Cabral "uma traição".

A áspera discussão, conforme a versão de vice-líderes do PMDB na Constituinte, foi travada na sede do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), onde Cabral dava os retoques finais no substitutivo. Richa havia liberado seus assessores e se preparava para deixar o Congresso. Já na garagem do Senado, mudou de ideia e decidiu "dar uma passada" no Prodasen, para ver como andavam os trabalhos.

Ao longo daquele dia, em exaustivas reuniões coordenadas por Richa, o grupo parlamentarista havia chegado a um consenso parcial, apenas não extensivo às disposições transitórias. Como Bernardo Cabral se comprometera a acatar este resultado e o próprio Deputado Ulysses Guimarães o recebera com simpatia, no fim da tarde Richa não tinha razões para se preocupar.

Depois de conversar cerca de uma hora com parlamentares que ajudavam o Relator nos detalhes finais, Richa pediu para ver o capítulo do sistema de Governo. A princípio, Cabral esquivou-se, argumentando que essa parte ainda não estava pronta.



Richa: furioso com Cabral

— Mas como, se nós lhe entregamos a emenda à tarde? — estranhou Richa. O Relator decidiu, então, abrir o jogo, provocando a reação violenta do Senador.

Um assessor do Prodasen contou que Richa "perdeu a paciência". Aos gritos, disse que não estava brincando nem admitia ser desconsiderado daquela forma, juntamente com os parlamentares que envolvera nas negociações.

— Mas eu preciso ser coerente. Prometi acatar só o que fosse consenso — argumentou o atônito Cabral, sem convencê-lo.

— Mas só não houve acordo sobre a data de implantação — replicou o Senador.

— Consenso é consenso, e o Planalto não faz parte desse acordo. Eu

não vou criar um fato novo — disse o Relator, mostrando a Richa o texto manuscrito das disposições transitórias: parlamentarismo em 90 dias e seis anos de mandato. E deu por encerrada a discussão.

Furioso com a insistência do Relator, José Richa advertiu-o de que estava levando a Constituinte a um "terreno perigoso" e que tentaria, com seu grupo, alterar a proposta mediante a apresentação de destaques. Em seguida, bastante nervoso, Richa retornou a seu gabinete e queixou-se do Relator em telefonemas aos Senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Fogaça (PMDB-RS) e aos Deputados Euclides Scalco (Líder do PMDB) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). A todos, disse que o Relator havia roído a corda.

# Equívoco pode deixar Estados sem Governos

BRASÍLIA — Todos os Estados poderão ficar sem Governadores durante nove meses se o anteprojeto de Constituição for aprovado como está. Dois artigos são contraditórios: o primeiro determina que os Governadores sejam eleitos até 45 dias antes do fim do mandato dos seus antecessores e tomem posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente. O outro prevê que os mandatos atuais terminarão em 15 de março de 1991. Então, os próximos governantes, eleitos até 30 de janeiro de 1991, só poderão ser empossados no ano seguinte.

O engano, percebido pelo Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE) e pelo Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), chegou a ser apontado a Cabral na sexta-feira, mas não foi modificado. Agora, dependerá de maioria absoluta, ou seja, 47 votos da Comissão de Sistematização.

# Cabral diz que, educado, não responde a grosserias

BRASÍLIA — "Homens educados não respondem a grosserias". Esta foi a reação do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), quanto às críticas do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, ao seu substitutivo. Ele não identificou o "princípio nazista" apontado pelo Consultor no capítulo dos direitos individuais e ressaltou o parágrafo 20 do artigo quinto, que assegura a individualização da pena e determina, entre outras medidas, a suspensão ou interdição de direitos.

O jurista Miguel Reale Júnior, assessor do Presidente da Constituinte, que discutiu o texto com Cabral, considerou esse ponto um avanço: "Creio que foi um equívoco do Consultor, que não atentou para a modernidade da medida". Reale Júnior disse que a medida está incluída no

novo Código Penal, além de ter sido adotada por alguns países da Europa.

Bernardo Cabral justificou a manutenção da proposta de parlamentarismo do Senador Afonso Arinos: "Fui coerente comigo mesmo". Lembrou ter declarado sempre que, se não houvesse consenso, manteria a fórmula. Para ele, o consenso teria que passar também pelo Palácio do Planalto, que conta com um número expressivo de votos dos parlamentares fiéis ao Governo.

— As pessoas pinçam três ou quatro artigos para criticar — desabafou Cabral. Mesmo com as negociações promovidas, o Relator acha que, além do sistema de governo, a reforma agrária, a anistia e a jornada de trabalho de 40 horas (mantidas no atual texto), serão motivos de disputa na Comissão de Sistematização.

# Governo em dúvida: emendas Theodoro ou Manoel

BRASÍLIA — Contradições entre as declarações feitas ontem pelo Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, indicam que o Governo tem problemas para definir uma tática que garanta a aprovação do presidencialismo na Sistematização. Enquanto Saulo admite aproveitar a Emenda Manoel Moreira, Sant'Anna diz que a base do projeto do Governo será a Emenda Theodoro Mendes, acrescida das emendas de Ricardo Fiúza (PFL-PE), Francisco Amaral (PMDB-SP) e Humberto Lucena (PMDB-PB).

Sant'Anna explica que a Emenda Theodoro será aproveitada principalmente na parte do Legislativo, que prevê o fortalecimento do Congresso. Nas atribuições do Executivo, ele admite usar as demais emendas para

garantir a unidade de todas as correntes presidencialistas — inclusive PDT e PT — e conseguir a adesão de alguns parlamentaristas.

Saulo Ramos afirma o contrário: garante que poderão ser aproveitadas as atribuições do Poder Executivo contidas na Emenda Theodoro — justamente a parte mais criticada pelas demais correntes.

Em alguns pontos, entretanto, os dois concordam: não abrem mão do decreto-lei, do mandato de cinco anos e da exclusão dos ministros militares da moção de censura. O Consultor erra, no entanto, ao afirmar que a Emenda Theodoro inclui a censura a ministros militares e do Gabinete Civil. Ela é criticada pelo PT e PDT justamente por excluí-la.

Quanto à Emenda Manoel Moreira, Sant'Anna admite que não está totalmente descartada, mas garante

que ficará apenas como alternativa remota. Mas as divergências ficam mesmo no campo tático. O fechamento de questão em relação ao decreto-lei é uma evidência. Quando soube que o PT ameaça não votar na emenda se for mantido este instituto, Sant'Anna reagiu: "Todo partido que tem expectativa de poder não pode abrir mão do decreto-lei".

Em seguida, comentou que o decreto-lei previsto na Emenda Theodoro não é medida arbitrária, porque pode ser emendado ou ter seus efeitos suspensos pelo Congresso.

O Vice-Líder José Genoíno reafirmou que, mantido o decreto-lei, o PT não apoiará. Já o Líder do PDT, Brandão Monteiro, observou:

— O fundamental é derrubar o substitutivo de Cabral, que institui a ditadura permanente do PMDB.